

A bernarda de Francisco Ignacio: das disputas historiográficas às representações no Museu Paulista

*Maria Aparecida de Menezes Borrego*¹
*Renato de Mattos*²

*The bernarda of Francisco Ignacio:
from historiographical disputes to representations in the Paulista Museum*

*La bernarda de Francisco Ignacio:
de las disputas historiográficas a las representaciones en el Museo Paulista*

Resumo

O artigo se propõe a analisar a bernarda de Francisco Ignacio, confronto que envolveu autoridades e tropas em São Paulo entre os meses de maio e setembro de 1822, e suas implicações no processo de Independência do Brasil. Partindo do exame das apropriações dos textos oitocentistas pelos estudiosos, bem como das disputas historiográficas de que foi alvo na passagem para o século XX, em um contexto de afirmação da identidade paulista no cenário nacional, discute as formas de representação da bernarda e de seus personagens nas salas expositivas do Museu Paulista. Evidencia os esforços de Afonso d'Escragnoille Taunay para impor o protagonismo de São Paulo e dos paulistas no nascimento do Brasil e de sua independência.

Palavras-chave: *Bernarda de Francisco Ignacio; Independência do Brasil; Historiografia; Museu Paulista; Museu Republicano de Itu.*

¹ Pós-doutorado no Museu Paulista da Universidade de São Paulo (USP). Docente do Departamento de Acervo e Curadoria no Museu Paulista e no Programa de Pós-graduação em História Social na Universidade de São Paulo (USP). E-mail: maborrego@usp.br

² Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); Professor adjunto na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: renato_mattos@id.uff.br

Abstract

The paper proposes to analyze the “bernarda” of Francisco Ignacio, a confrontation that involved authorities and troops in São Paulo between May and September 1822, and its implications in the process of Brazil’s independence. Based on the examination of the appropriations made by historians in nineteenth-century texts, as well as the historiographic disputes around the episode in the transition to the twentieth century, in the context of the affirmation of the Paulista identity on the national scene. We will discuss the forms of representation of bernarda and his characters in the exhibition rooms of the Paulista Museum, highlighting the efforts of Afonso d’Escragnolle Taunay to impose the protagonism of São Paulo and the Paulistas in the birth of Brazil and its independence.

Keywords: *“Bernarda” of Francisco Ignacio; Independence of Brazil; Historiography; Paulista Museum; Republican Museum of Itu.*

Resumen

El artículo propone el análisis de la “bernarda” de Francisco Ignacio, un enfrentamiento en el que participaron autoridades y tropas en São Paulo entre mayo y septiembre de 1822, y sus implicaciones en el proceso de independencia de Brasil. A partir del examen de las apropiaciones realizadas por los estudiosos en los textos del siglo XIX, así como de las disputas historiográficas de las que fue objeto en la transición al siglo XX, en el contexto de la afirmación de la identidad paulista en la escena nacional. Discutiremos las formas de representación de la bernarda y de sus personajes en las salas de exposición del Museo Paulista, destacando los esfuerzos de Afonso d’Escragnolle Taunay por imponer el protagonismo de São Paulo y de los paulistas en el nacimiento de Brasil y su independencia.

Palabras clave: *“Bernarda” de Francisco Ignacio; Independencia de Brasil; Historiografía; Museo Paulista; Museo Republicano de Itu.*

Introdução

Compreender os significados da bernarda de Francisco Ignacio, confronto que envolveu autoridades e tropas paulistas às vésperas da proclamação da Independência, exige a análise do contexto em que ocorreu a organização da Junta Provisória do Governo de São Paulo. Inscrita no processo inaugurado em 1820 pela revolução liberal do Porto, a instauração da Junta Provisória ocorreu dois meses após as Cortes Constituintes terem declarado “legítimos todos os Governos estabelecidos [...] para abraçarem a Sagrada Causa da Regeneração Política da Nação Portuguesa” (BRASIL, 1889, p. 9-10).

Assim que as novas disposições vindas do reino chegaram à capital paulista, os conflitos, que já vinham se arrastando desde o início do século, foram intensificados (LEME, 2010). Não obstante os esforços para a formação de um governo capaz de conciliar os interesses concorrentes, em 23 de junho de 1821, “povo e tropa” saíram às ruas de São Paulo reivindicando um novo governo adepto dos “pressupostos do constitucionalismo” (DELATORRE, 2003, p. 58-59).

No governo provisório, distinguiram-se os representantes de dois grupos que se enfrentavam pelo controle político e econômico da província. De um lado, o segmento formado pelos partidários de João Carlos Augusto de Oyenhausen, último capitão-general e presidente da Junta Provisória. Político experiente, antes de assumir o comando da província, em 1819, Oyenhausen havia governado as capitânicas do Grão-Pará, em 1799; do Ceará, em 1803; e do Mato Grosso, em 1807 (ALMEIDA, 1968).

Entre os seus principais aliados, destacava-se Francisco Ignacio de Souza Queiroz, indicado como vogal pelo comércio do governo paulista. Negociante abastado, desde 1813, Francisco Ignacio estava matriculado na Real Junta de Comércio. Em 1819, ao assumir os negócios de seu pai, alcançou o posto de

coronel de milícias, tornando-se, assim, o comandante da principal força armada da cidade (SILVA *et al.*, 2009, p. 305). Casou-se com sua prima, Francisca Miquelina, filha do brigadeiro Luís Antônio de Souza – rico negociante que atuava no abastecimento de Minas Gerais e de Cuiabá, bem como na exportação de açúcar para Portugal – e sobrinha de Antônio Paes de Barros, eleito deputado suplente de São Paulo nas Cortes de Lisboa (AMARAL, 2006). Os laços de parentesco garantiam a Francisco Ignacio uma ampla base de apoio político, que compreendia, entre outros, seu concunhado, Estevão Ribeiro de Rezende, futuro Marquês de Valença, nomeado em 1822 para o Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias, e José da Costa Carvalho, ouvidor da comarca de São Paulo em 1822, que havia se casado com Genebra de Barros Leite, após o falecimento do brigadeiro Luiz Antônio, em 1819 (SILVA *et al.*, 2009, p. 305).

De outra parte, o grupo que se opunha aos aliados de Oyenhausen era liderado pelos irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente do governo provisório, e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, indicado para a função de secretário do Interior e da Fazenda da província. Ao assumir o cargo na administração paulista, José Bonifácio inaugurava sua carreira política depois de quase 40 anos vivendo na Europa, período em que construiu uma trajetória de prestígio como mineralogista, chegando a ocupar cargos na burocracia e nas forças militares portuguesas (DOLHNIKOFF, 2000). Martim Francisco, por sua vez, já ocupava postos na administração paulista, desde o início do século, como o de diretor-geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro e de inspetor das Minas e Matas. Eram filhos de Bonifácio José, um dos homens mais ricos de Santos, que atuava em diversos ramos de negócios, a exemplo da comercialização de gêneros, em sociedade com seu compadre Brás Carneiro Leão, reputado membro da comunidade mercantil carioca na segunda metade do século XVIII (MATTOS, 2019). Na época em que a Junta Provisória foi instaurada, a família Andrada preservava estreitos vínculos com alguns dos mais importantes negociantes da região, dentre eles Francisco Xavier da

Costa Aguiar, Manuel Rodrigues Jordão, também designado como vogal pelo comércio do governo paulista, e seu sobrinho, Antônio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape (SOUSA, 1922). O frágil equilíbrio entre as facções lideradas por Oyenhausen e pelos Andrada, porém, não durou muito.

Nesse artigo, analisaremos, primeiramente, as razões que desencadearam a ruptura do governo provisório, os acontecimentos do movimento bernardista, de maio a setembro de 1822, e suas implicações no processo de Independência do Brasil, articulando políticas e negócios para o entendimento da questão. Em seguida, abordaremos as apropriações da bernarda nos textos oitocentistas e as disputas historiográficas de que foi alvo na passagem para o século XX, em um contexto de afirmação da identidade paulista no cenário nacional. Por fim, discutiremos as formas de representação da bernarda e de seus personagens nas salas expositivas do Museu Paulista, tanto em sua sede em São Paulo – Museu do Ipiranga –, como em Itu – Museu Republicano Convenção de Itu –, sobretudo durante a gestão de Afonso d’Escragnoille Taunay, associando-a a iniciativas voltadas para lançar São Paulo como berço do Estado independente. A apreensão do episódio em vários suportes – textual, iconográfico e expográfico – será o fio condutor para o exame crítico da memória construída sobre a bernarda e seus protagonistas.

O movimento bernardista

Em janeiro de 1822, a estabilidade da Junta Provisória foi severamente abalada com a partida de José Bonifácio para a Corte. À frente da delegação paulista, no dia 18 daquele mês, o mais velho dos Andrada formalizou a entrega da representação do governo da província, suplicando a permanência do regente no Brasil, em desobediência às ordens das Cortes. Na ocasião, José Bonifácio foi nomeado ministro do Reino e dos Estrangeiros, afastando-se definitivamente da vice-presidência paulista (SILVA *et al.*, 2009, p. 305).

Com a saída do irmão, Martim Francisco e seus correligionários perderam força perante seus opositores. A situação se agravou ainda mais em função de dois episódios: o suplício de Francisco José das Chagas, o Chaguinhas, um dos líderes do motim do Batalhão do Regimento de Caçadores de Santos, cuja execução havia sido, segundo grupos opositores, incitada pelos Andrada; e a insatisfação de Francisco Ignacio e parte do corpo militar da província, instaurada após a ordem de Martim Francisco de que fossem ressarcidos todos aqueles que haviam obtido a dispensa do recrutamento por meio de suborno (SILVA *et al.*, 2009, p. 306).

Em função da preponderância de seus rivais, Martim Francisco recorreu a José Bonifácio, que, em março de 1822, sugeriu a D. Pedro que Oeynhausen fosse convocado para o Rio de Janeiro. Diante da decisão do regente de adiar a intimação do presidente da província, nas semanas seguintes, José Bonifácio expediu novas denúncias, acusando Oeynhausen e Francisco Ignacio de conspiradores e defensores dos “antigos vexames do despotismo” (SILVA *et al.*, 2009, p. 307). Em uma das missivas endereçadas a D. Pedro, o ministro recomendava a realização de eleições para que um novo governo fosse constituído em São Paulo, bem como a imediata convocação de Oeynhausen para a Corte, após a nomeação de um governador de armas da província (SILVA *et al.*, 2009, p. 307).

Em pouco tempo, os grupos rivais de José Bonifácio tomaram conhecimento de seus planos por intermédio de Estevão de Rezende, que, na ocasião, acompanhava D. Pedro em sua viagem pela província mineira. A repercussão da pressão dos Andrada pela destituição de Oeynhausen mobilizou seus apoiadores, os quais, em 17 de maio, assinaram uma representação endereçada ao regente, solicitando a manutenção do presidente da província e sua nomeação como governador de armas. Não obstante, duas portarias assinadas por José Bonifácio, em 10 de maio, formalizaram a indicação de José Arouche Toledo Rendon, militar e negociante ligado à família Andrada, para o posto

de governador de armas, além da imediata convocação de Oeynhausens para o Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 2006, p. 322). Ao ser informado do teor das portarias, em sessão extraordinária de 22 de maio, o presidente do governo provisório manifestou que as ordens vindas da Corte seriam acatadas, passando a Martim Francisco o comando interino da junta.

A decisão anunciada pelo então presidente da província precipitou, em 23 de maio, o movimento de “povo e tropa”, posteriormente conhecido como “bernarda” – termo atribuído no período aos pronunciamentos que resultavam em conspirações militares, que, com o tempo, passou a designar todo movimento político promovido pelas armas (MONTEIRO, 1927, p. 411). Aglomerados no largo de São Gonçalo reivindicavam a permanência de Oeynhausens e a deposição de dois membros da Junta Provisória: Martim Francisco e Manuel Jordão.

A comoção capitaneada pelos setores ligados a Francisco Ignacio fez com que a Câmara ratificasse o clamor dos manifestantes, enquanto os integrantes do governo provisório, adeptos da família Andrada, condenaram os protestos por contrariarem as ordens expressas da Corte. No entanto, Martim Francisco e Manuel Jordão se afastaram da Junta Provisória “para que nenhuma vergonha ou mácula recaísse sobre a província” (SILVA *et al.*, 2009, p. 310). Em 29 de maio, “povo e tropa” voltaram a se manifestar, exigindo que Martim Francisco deixasse a província.

Nas semanas seguintes, em ofícios expedidos, os insurretos alegavam que a expulsão de Martim Francisco se justificava pelas “arbitrariedades” cometidas por Andrada e seus correligionários. Por seu turno, no Rio de Janeiro, as notícias que chegavam de São Paulo causaram indignação entre os membros da Corte, levando D. Pedro e o ministro José Bonifácio a decidirem pela imediata convocação do ouvidor José da Costa Carvalho e de Francisco Ignacio, além do envio de Toledo Rendon e do marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa para apaziguarem a capital paulista.

No interior da província, a bernarda repercutiu especialmente nas vilas de Itu e Sorocaba, importantes polos produtores de cana, localizadas no chamado quadrilátero do açúcar (PETRONE, 1968, p. 41). Entre os meses de maio e julho, as Câmaras das duas vilas endereçaram ofícios ao regente reafirmando a fidelidade a Sua Alteza Real e, ao mesmo tempo, censurando a ação dos “perversos” e “insubordinados” bernardistas. De fato, tão logo a ação liderada por Francisco Ignacio foi deflagrada, seus opositores passaram a designar seus adeptos como “facciosos” inimigos da “causa do Brasil” e do governo de D. Pedro.

Por sua vez, ao problematizar o entrelaçamento entre política e práticas mercantis na formação da nação e do Estado brasileiros, pesquisas recentes vêm contribuindo para a composição de um quadro ainda mais complexo e nuancado do tema, especialmente ao inscrevê-lo em um contexto marcado por intensos atritos entre setores que competiam pelo controle das redes mercantis que integravam São Paulo e áreas do Centro-Sul, notadamente a Corte do Rio de Janeiro e a província mineira. (BITTENCOURT, 2006; DELATORRE, 2003; MATTOS, 2019; OLIVEIRA, 2013). Nessa perspectiva, o movimento bernardista estava diretamente associado ao recrudescimento das disputas entre negociantes e produtores paulistas, em um período em que as vinculações entre política e mercado foram redefinidas, adquirindo outras “fundamentações e aparências à medida que hierarquias, monopólios, isenções e privilégios coloniais foram esgarçados e/ou reconstituídos por intermédio de movimento complexo de conflitos sociais” (OLIVEIRA, 2013, p. 71).

Ademais, é importante sublinhar que os confrontos que irromperam, em maio de 1822, na província paulista, ocorreram sob o mesmo clima de conflagração que pairava em boa parte do Brasil, desde o início dos movimentos de organização das juntas governativas em curso a partir de meados de 1821. Assim, como observado em São Paulo, a composição e o funcionamento dos governos provisórios da região Norte e Nordeste foram marcados pelo en-

frentamento entre políticos e homens de negócio que, além de ambicionar cargos e vantagens mercantis, também questionavam a liderança do príncipe regente no governo do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2022, p. 104).

No Centro-Sul, a província de Minas Gerais foi palco de lutas entre forças políticas que aspiravam ao controle da junta governativa eleita em setembro de 1821. No caso mineiro, a contenda opôs grupos radicados em Vila Rica, que se identificavam com alguns dos ideais propagados pelo movimento vintista, que criticavam a “tendência centralizadora do processo de unidade das províncias a partir do príncipe” (SILVA, 2005, p. 75), e os proprietários da região de São João del Rei, mais próximos da Corte em função de interesses vinculados ao comércio de abastecimento do Rio de Janeiro. As rivalidades só foram apaziguadas após a viagem de D. Pedro até a capital da província mineira, entre os meses de março e abril de 1822, o que contribuiu para o fortalecimento de sua autoridade por meio da ampliação das bases de sustentação de seu projeto político.

Assim, com base em novas indagações e abordagens, a historiografia produzida nas últimas décadas sobre a liderança de Francisco Ignacio demonstra que, antes de representar uma conspiração tramada pelo “partido retrógrado” alinhado aos ideais “constitucionalistas”, o movimento expressava a insatisfação de determinados setores em relação ao projeto separatista que tomava corpo no Rio de Janeiro (DELATORRE, 2003). Nessa perspectiva, Cecília Helena de Salles Oliveira (2010, p. 348) sublinha que as lutas políticas em curso na província paulista, no período, não estavam limitadas ao embate entre os adeptos de D. Pedro e as Cortes de Lisboa, tampouco se caracterizavam pela oposição entre “portugueses” e “brasileiros” ou entre “constitucionais” e “absolutistas”. Para a autora, o emprego de tais expressões encobriam “alternativas políticas de variados matizes, bem como questões atinentes ao cotidiano dos negócios” (OLIVEIRA, 2010, p. 348).

A atuação de José Bonifácio, como um dos principais articuladores da formalização da separação de Portugal desde a sua ascensão ao cargo de ministro dos

Negócios do Interior, aliada ao fortalecimento político de Martim Francisco e de seus aliados, provocou reações de negociantes e produtores que não estavam “diretamente ligados ao grupo político que buscava exercer hegemonia” (OLIVEIRA, 2010, p. 348). Com efeito, para os negociantes interessados na manutenção das linhas comerciais que articulavam os portos paulistas ao reino europeu, a separação entre Brasil e Portugal interromperia o contato com os correspondentes estabelecidos nas praças de Lisboa e Porto (BITTENCOURT, 2006, p. 331).

De outra parte, os estreitos laços que Francisco Ignacio preservava com a Companhia das Vinhas do Alto Douro, desde o início do século XIX, eram frequentemente apontados por seus adversários como a prova irrefragável da adesão dos bernardistas às Cortes portuguesas (MATTOS, 2019, p. 232). Nesse sentido, os vínculos mantidos com importantes casas comerciais de Portugal eram suficientes para associá-lo ao projeto de “recolonização” do Brasil, uma vez que, segundo Bittencourt (2006, p. 330), “estar ligado às iniciativas emanadas de Lisboa representava um peso político, naquele momento, muito negativo, na posição que D. Pedro defendia”.

Diante do recrudescimento da situação, o regente partiu para São Paulo, em 14 de agosto. Dez dias depois, ao chegar à capital da província, D. Pedro determinou que Francisco Ignacio e outros seguidores de Oeynhausense se retirassem para Santos. Em 8 de setembro, já em São Paulo, e um dia após o “grito da Independência”, o regente instituiu um governo provisório formado, em grande parte, por membros alinhados aos irmãos Andrada e ordenou que uma devassa fosse instaurada contra todos os envolvidos na bernarda. Além de ter sido crucial para a consolidação de sua autoridade, a passagem pela província paulista aplacou as tensões que culminaram no movimento de “povo e tropa”, em maio de 1822. Pouco depois, em 23 de setembro, os efeitos da devassa foram suspensos pelo próprio regente, favorecendo os antigos oponentes da família Andrada (SILVA *et al.*, 2009, p. 315). No entanto, confor-

me Oliveira (2010), o encerramento da devassa não significou a reconciliação entre os setores que se antagonizaram durante a bernarda. Pelo contrário, os desdobramentos do conflitos, observados nos anos seguintes, demonstram que a separação de Portugal não era prioritariamente o eixo do confronto, “e sim os modos pelos quais interesses divergentes de grupos paulistas seriam agasalhados pelo governo do Rio de Janeiro” (OLIVEIRA, 2010, p. 350), o que permitiria incrementar sua influência no mercado carioca.

Debates sobre a bernarda na historiografia (1851-1902)

O exame das disputas historiográficas ocorridas em torno da bernarda de Francisco Ignacio, na passagem para o século XX, requer uma breve apreciação do modo como o episódio foi apropriado, desde meados do Oitocentos, por memorialistas e autores de obras de cunho historiográfico. Embora não se pretenda exaustiva, a análise dos textos publicados entre as décadas de 1850 e 1870 é imprescindível, pois algumas das imagens sobre os eventos e personagens mobilizados, nas discussões empreendidas no contexto de afirmação da identidade paulista no cenário nacional, foram erigidas nesse período.

Um dos primeiros escritos acerca da bernarda foi publicado em 1851 por Auguste Saint-Hilaire, no relato de sua segunda viagem por São Paulo entre os anos de 1819 e 1822. Apesar de não tratar do movimento diretamente, o naturalista francês assinalava as qualidades intelectuais de José Bonifácio e Martim Francisco e, em especial, a preponderância que os irmãos assumiram em relação aos demais integrantes da Junta Provisória. Segundo o autor, eram “dois homens tão notáveis pelo seu talento e patriotismo [...] que dominaram seus colegas da junta governativa, guiando-os; e, assim, o Brasil foi salvo da anarquia e do desmembramento” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 100). Ao se referir à adesão da província ao regente, Saint-Hilaire (2002, p. 190) destacava que “nada se teria feito aqui, ou antes só se teriam feito talvez mais asneiras do que em outros lugares, se dois homens de grande talento não estivessem à testa do governo, José Bonifácio de Andrada e Silva e seu irmão”.

Embora o texto tenha sido publicado décadas após a visita do naturalista ao Brasil, as memórias de Saint Hilaire assumem a autoridade de fonte primária no *Quadro histórico da Província de São Paulo*, de José Joaquim Machado d'Oliveira, publicado em 1864, amplamente utilizado, posteriormente, por autores que se detiveram sobre o movimento bernardista, a exemplo de Azevedo Marques. Fundamentando-se na “justa apreciação que dos ilustres Andradas fez o erudito e imparcial historiador Aug. St. Hilaire”, Machado d'Oliveira apresentava os principais eventos ocorridos após o movimento de “povo e tropa”, de maio de 1822, reforçando o dualismo entre “facciosos” e defensores da “causa do Brasil”. De acordo com o autor, Oeynhausien era movido pelo “instinto do manejo secreto” para “contrariar os meios empregados pelos Andradas em prol do país” (D'OLIVEIRA, 1978, p. 258). Francisco Ignacio e seus aliados, por sua vez, foram descritos como “asseclas da obsoleta monarquia” e “sectários pertinacíssimos do velho absolutismo”, os quais puderam “formar proselitismo, escorado pela força bruta popular, que é sempre pronta em acudir ao primeiro aceno da demagogia em ação” (D'OLIVEIRA, 1978, p. 260-261).

Em *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo*, obra publicada em 1879, Manuel Eufrásio de Azevedo Marques chamava a atenção para um aspecto que, posteriormente, foi reiterado por parte dos autores que abordaram o tema: a percepção de que a compreensão dos significados do episódio era obstada pela perpetuação de versões “parciais” ou “comprometidas” com um dos lados envolvidos no embate. Segundo Marques (1952, p. 129) o

acontecimento político que em São Paulo teve este nome, dado pela crítica contemporânea, merece, todavia, ser melhor conhecido do que o é pelo vulgo, que o vai transmitindo às gerações que se sucedem com todos os vícios da tradição.

Não obstante a observação inicial, em sua apreciação, Azevedo Marques reforçava as versões formuladas pelos setores coligados aos Andradas à época

do conflito. Nesse sentido, o autor se referia a Oeynhausien como o líder do “partido retrógrado” e aos andradistas como representantes do “nascente partido liberal do Brasil” (MARQUES, 1952, p. 130). Compreendendo a bernarda como “uma tentativa para voltar ao absolutismo de fato e de direito”, Azevedo Marques (1952, p. 130) lançava mão de argumentos formulados por Saint-Hilaire pouco tempo depois de o conflito ser debelado. Da mesma forma, ao opor a “inteligência” dos Andradas ao “militarismo” de Oeynhausien e de seus aliados, o autor dos *Apontamentos históricos* ecoava as considerações publicadas pelo naturalista francês em 1851.

A bernarda de Francisco Ignacio e a participação de José Bonifácio no processo de independência estiveram no centro de debates acirrados na virada do século XX, quando, em 1894, Antonio de Toledo Piza publicou o primeiro volume dos *Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*, inteiramente a ela dedicado.

Antonio de Toledo Piza foi nomeado diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo em 1893 e, desde o começo de sua gestão, empenhou-se no recolhimento de documentos atinentes ao passado colonial paulista junto a instituições públicas e a colecionadores particulares, dando início à série *Documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo*. A publicação visava igualmente fornecer fontes e subsídios para o estudo dos historiadores, sobretudo daqueles vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), que acabavam por divulgar os resultados de suas pesquisas no periódico da instituição. Tal como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGSP foi fundado com o propósito de “produzir e difundir o conhecimento histórico e científico, concebendo-o como uma marcha linear em direção ao progresso, segundo os princípios de alargamento da civilização branca nos trópicos” (FERREIRA, 2002, p. 108). Entre os sócios fundadores e os membros dos primeiros tempos, destacava-se um grupo de homens letrados predominantemente brancos, com ativa atuação nas esferas econômica e política de São Paulo.

A justificativa para a transcrição e a publicação dos documentos pelo Arquivo do Estado recaía sobre o mau estado de conservação em que se encontravam. Porém, a despeito da atitude preservacionista, a seleção feita por Toledo Piza, nos 11 anos à frente da instituição, esteve muito atrelada a fontes que pudessem ser mobilizadas para se escrever sobre a atuação dos paulistas em tempos passados, mormente no período colonial, visando destacar seu papel glorioso para a construção da história nacional (MENDES, 2017, p. 129). Mas não só isso. Também foram valorizados documentos que se prestassem a interpretações sobre a importância de São Paulo como palco da Independência do Brasil, em razão de o grito ter ocorrido às margens do riacho do Ipiranga. O próprio Toledo Piza dedicou-se ao estudo de temas relativos à independência, publicando trabalhos de sua lavra na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, do qual era sócio fundador, especialmente nos volumes VII e X, e assinando artigos para o jornal *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista e das elites paulistas propagadoras do mito bandeirante.

Seu interesse pelo assunto explica a razão pela qual o primeiro volume da série de documentos tenha sido dedicado ao episódio bernardista. Nele, Toledo Piza trouxe a público um relato de 14 páginas, inacabado, de autoria de Paulo do Valle, lente de Retórica da Academia de Direito de São Paulo, denominado “Bernarda de Francisco Ignacio em São Paulo em 23 de maio de 1822”, que acabou por figurar como o título do próprio volume. Mesmo incompleta, o organizador considerava a narrativa merecedora de publicação, por se tratar de um documento histórico – segundo suas palavras –, elaborado nos primeiros anos de vida do autor.

Ao longo do relato, Toledo Piza inseriu notas de rodapé, acompanhadas da notação N. da R., ou seja, Nota da Redação, chamando para si a autoria dos comentários. Por meio delas, visava corrigir o autor ou apresentar algumas informações aos leitores, indicando os anexos que teriam a função de complementar dados do texto. A reprodução do documento foi seguida por 29

anexos, entre os quais incluíam-se análises suas, fortemente baseadas nas proposições sobre a bernarda em prol dos Andrada, defendidas por Azevedo Marques.

Toledo Piza acusava Francisco Ignacio e seus apaniguados de serem ligados ao partido português, “homens afidalgados, de caráter retrógrado, déspotas admiradores das belezas do regime colonial” (ARCHIVO, 1913, p. 19), em oposição ao nacionalismo dos irmãos Andrada e de Manuel Jordão, “homens de ação e representantes genuínos dos sentimentos paulistas” (ARCHIVO, 1913, p. 27), “dedicados à causa do Brasil” (ARCHIVO, 1913, p. 18).

Tal publicação acabou por desencadear uma contenda entre Estevão Ribeiro de Souza Rezende, o barão de Rezende, em defesa de Francisco Ignacio, e Antonio de Toledo Piza, por meio de artigos escritos por ambos, no jornal *O Commercio de São Paulo*, publicados em várias edições durante os anos de 1901 e 1902. O barão de Rezende era filho de Estevão Ribeiro de Rezende, o marquês de Valença, concunhado de Francisco Ignacio, de quem recebera cartas, ao longo de 1822 e 1823, com comentários sobre os conflitos com os Andrada e o ódio que nutria por eles (ABRÊU, 2011, p. 251).

Em 1902, a polêmica em torno da bernarda foi reproduzida em 144 páginas do volume VII da *Revista do IHGB*. Estevão Ribeiro de Souza Rezende censurava o tom apaixonado assumido por Paulo do Valle em sua narrativa sobre o fato histórico, xingando-o de energúmeno; reprovava o fato de Antonio de Toledo Piza ter escolhido um relato pessoal para abrir a série dos *Documentos interessantes*, ao invés de um documento oficial. Ao mesmo tempo, criticava Azevedo Marques – e indiretamente Antonio de Toledo Piza – por associar a bernarda à tentativa de volta do absolutismo, por separar os membros do governo provisório em andradistas e bernardistas, por rotular Francisco Ignacio como antiliberal e por afirmar que a luta tivera início em função da intolerância do militarismo de Francisco Ignacio à ilustração dos Andradas. Ademais, desaprovava as análises de ambos sobre a existência de um partido

retrógrado e outro liberal no governo provisório, uma vez que, até setembro de 1822, as discussões giravam em torno da autonomia do Brasil – e não de sua independência – visto ser Reino Unido a Portugal e Algarves. Por fim, arrolava várias portarias que mostravam a confiança que o governo paulista sempre tivera na figura de Francisco Ignacio, tendo a ele entregue a defesa da ordem pública (REZENDE, 1902, p. 1-20).

Para cada um dos pontos levantados, Toledo Piza contrapôs os argumentos, o que levou à réplica, à tréplica e à quadrúplica por parte do barão de Rezende. É provável que, por trás dos debates sobre os conflitos de interesses na província de São Paulo no movimento bernardista, se pretendesse, de fato, discutir quem respondia pelo protagonismo – José Bonifácio ou o marquês de Valença – na constituição e consolidação do Estado brasileiro (ABRÊU, 2011, p. 273) e qual era o papel assumido por São Paulo naquele momento crucial da história pátria.

Os embates entre Toledo Piza e o barão, em parte, reeditavam os confrontos entre as versões favoráveis e contrárias à atuação de José Bonifácio no processo de independência do Brasil, forjadas já no calor dos acontecimentos. O jornal *Tamoio*, publicado por pessoas próximas aos Andradas, defendia suas ações e pensamentos político-econômicos, sendo combatido pelos periódicos oposicionistas *Correio do Rio de Janeiro*, *Revérbero Constitucional* e *Malagueta*. De acordo com Emília Viotti da Costa (1999, p. 110), “À devoção e ao amor à Pátria que caracterizam a figura do Patriarca, da versão andradina, antepunham-se a imensa ambição, a arbitrariedade, a vaidade pessoal, da versão antiandradina”.

Tais versões seriam atualizadas, ao longo do século XIX e início do XX, e mantidas no nível das impressões subjetivas. Já nos primeiros anos do regime republicano, embora distante de uma unanimidade, Andrada seria valorizado “pelos abolicionistas por seu programa emancipador, pelos progressistas por suas avançadas idéias econômicas e sociais, e pelos conservadores por suas idéias políticas conservadoras” (COSTA, 1999, p. 118).

O epíteto de patriarca da Independência, eternizado nos manuais escolares ao longo do século XX, parece indicar a vitória da lenda “dourada” de José Bonifácio, em detrimento da “imagem negra” construída por seus detratores. O grito no Ipiranga como materialização do fato histórico revela, por sua vez, que São Paulo conseguiu se sobrepor às demais unidades da federação, no plano imagético, como o lugar de nascimento do Brasil independente.

Para além das disputas entre andradistas e antiandradistas, é fundamental assinalar que, no final dos Oitocentos, a discussão sobre os protagonistas e o local da Independência se desenrolava num processo de construção imaginária da nação, no contexto dos 400 anos do descobrimento do Brasil, quando se tornou vigoroso um discurso da paulistanidade, segundo o qual o solo paulista era tido como berço da nacionalidade, fosse pela presença de João Ramalho entre os tupiniquins antes da ocupação oficial, fosse pelo desembarque da expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em São Vicente, fosse, ainda, pela atuação evangelizadora do jesuíta José de Anchieta na cidade de São Paulo. De acordo com Ferretti e Capelato (1999, p. 4), “demonstrar que as origens do Brasil estavam em São Paulo significava justificar que os projetos de hegemonia de São Paulo em relação à federação começavam a ser elaborados nessa época”.

Dos três personagens mencionados, foi João Ramalho quem vingou nos pronunciamentos dos sócios do IHGSP e nos artigos publicados em sua revista, sendo reconhecido, nos anos de 1920 e 1930, como o “primeiro bandeirante”. Nessas décadas, a figura do bandeirante já era tida como símbolo da proeminência de São Paulo no cenário nacional, mobilizado pela elite paulista em suas próprias lutas políticas.

A bernarda nas coleções do Museu Paulista

Afonso Taunay era membro do IHGSP e um dos expoentes do discurso da paulistanidade, na primeira metade do século XX, que glorificava a figura do

bandeirante e o papel dos homens de São Paulo para a construção do Brasil. Diretor do Museu Paulista³, entre 1917 e 1945, procurou construir uma memória positiva acerca das ações dos sertanistas paulistas na conformação do Brasil, por meio da implantação do projeto decorativo do Museu, concebido para o Centenário da Independência.

Taunay era conhecedor da polêmica travada entre Estevão Ribeiro de Souza Rezende e Antonio de Toledo Piza, pois, ao se referir à bernarda, em seu livro *História da cidade de São Paulo*, comentou que sobre ela haviam corrido rios de tinta, principalmente a partir de 1895, que corresponde justamente ao ano seguinte à publicação do primeiro volume dos *Documentos interessantes*. Para ele, entretanto, questões pessoais motivaram a ruptura entre os irmãos Andrada e Francisco Ignacio, visto que não era possível

estabelecer-se confronto entre os dotes intelectuais dos dois ilustres santistas e o seu adversário paulistano, bravo militar aliás com reais serviços de guerra nas campanhas peninsulares, antinapoleônicas e representante do grande elemento capitalista da Província. (TAUNAY, 2004, p. 219)

Essa postura conciliatória, de valorização dos personagens antagonistas do movimento, teria reflexos na representação da bernarda nas exposições do Museu Paulista. Nos primeiros meses como diretor, Taunay buscou introduzir o tema da bernarda no museu, mediante a aquisição do retrato de Francisco Ignacio. Como ele próprio estava inserido no seio do clã Souza Queiróz, por meio do matrimônio com Sara de Souza Queiróz, as relações familiares facilitaram seu contato com Luis Albino Barbosa de Oliveira, primo de sua esposa e neto de Francisco Ignacio e de Francisca Miquelina, com quem se correspon-

3 O Museu Paulista, popularmente conhecido como Museu do Ipiranga, foi criado por decreto-lei de 1894. Dedicado ao estudo de história natural, mas desde sempre marco representativo da Independência do Brasil, o Museu Paulista guardava os traços do modelo enciclopédico predominante nos museus oitocentistas, gradualmente caminhando rumo a uma especialização voltada à história nacional, sobretudo a partir da direção de Afonso Taunay, com sucessivas transferências de acervos para diferentes instituições.

deu, solicitando a doação dos quadros dos avós do destinatário para integram o acervo institucional, no que foi prontamente atendido (Imagens 1 e 2).

Imagem 1 - Retrato do Coronel Francisco Inácio de Souza Queiroz [s.d.], pintor anônimo.



Fonte: Museu Paulista-USP.

Imagem 2 - Retrato de Francisca Miquelina de Souza Queiroz [s.d.], pintor anônimo.



Fonte: Museu Paulista-USP.

No ano seguinte, foi a vez de Lydia de Souza Rezende doar a coleção de papéis do arquivo de seu pai ao Museu Paulista, contribuindo para a ampliação dos documentos relativos ao movimento bernardista. Ela era filha do barão de Rezende e neta do marquês de Valença, igualmente pertencente à família

Souza Queiróz, e prima de Sara. Ao doarem telas e documentos para o Museu, os membros do clã Souza Queiróz não só contribuíam para o enriquecimento do acervo institucional, mas também se apropriavam do espaço público por meio dos objetos e memórias familiares.

Como se vê, desde o início de sua gestão, Taunay tinha em mãos materiais sobre a bernarda de Francisco Ignacio, adquiridos por meio de coleta ativa e passiva, e deles fez uso na reabertura do Museu Paulista em 1922, no Centenário da Independência do Brasil.

A representação da bernarda na sala A-10 do Museu do Ipiranga

No momento da efeméride, tornava-se imperativo inventar o passado colonial da nação como um encadeamento lógico, capaz de explicar o país como uma unidade territorial e simbólica. Mediante a aquisição de acervos e a encomenda de pinturas e esculturas, Taunay buscou compor uma história visual do Brasil com base na trajetória de São Paulo, no eixo monumental do museu – hall, escadaria e salão nobre. O enredo se iniciava com a ação dos bandeirantes e terminava com a tela *Independência ou morte!* de Pedro Américo (BREFE, 2005).

Esse programa decorativo contava com o apoio da elite político-econômica paulista, que se valia do mito bandeirante como instrumento de legitimação de sua hegemonia no cenário nacional (ABUD, 1986; FERREIRA, 2002), e do poder do museu como lugar de memória público e oficial (NORA, 1993), capaz de construir imagens coletivas de um determinado passado a serem compartilhadas socialmente (ANDERSON, 2008).

A narrativa visual concebida por Taunay corresponde, portanto, a uma história do Brasil e não à História do Brasil (MARINS, 2022), visto que toda narrativa histórica se funda em escolhas do historiador com base no presente vivido,

tal como a transformação de objetos em patrimônio cultural é fruto de seleção e de atos valorativos (GUIMARÃES, 2008). Longe de ser um laboratório de história, o Museu Paulista de Afonso Taunay configurava-se como um teatro da memória (MENESES, 1994).

O papel de São Paulo, como lugar material e simbólico da Independência, e seu passado colonial, como alicerce da história nacional, também foram efusivamente representados em várias salas expositivas. Foi na sala A-10, consagrada à Cartografia Colonial e Documentos Antigos, que Taunay fez alusão à Bernarda.

Cabe salientar, entretanto, que a sala A-10 fora inaugurada em dezembro de 1917, sendo incrementada nos anos seguintes para o Centenário da Independência em 1922. Naquele seu primeiro ano de gestão, o diretor transferiu para esse ambiente quatro telas de autoria de Benedito Calixto, as quais se encontravam em outras salas na gestão de Hermann von Ihering, seu antecessor: a pintura *A Fundação de São Vicente* e os retratos históricos do *Padre José de Anchieta*, *de Bartolomeu de Gusmão* e *de Domingos Jorge Velho*. Ao reunir essas obras em uma mesma sala, Taunay conferia-lhes uma carga semântica que associava o solo paulista ao início da colonização do Brasil, materializando as discussões travadas no IHGSP, no 4º Centenário do Descobrimento (POLIDORI, 2019).

O acordo entre autoridades indígenas e portuguesas, na representação do desembarque de Martim Afonso em São Vicente, reforça, a um só tempo, o sentido diplomático da conformação territorial da América portuguesa e a “ancianidade da liderança paulista na história do Brasil, desde a fundação da primeira colônia regular até a proclamação do Estado politicamente independente” (POLIDORI, 2019, p. 22).

Nas paredes e nas vitrines centrais estavam dispostos originais e cópias de documentos textuais coloniais, doados ou emprestados por órgãos públicos,

e reproduções cartográficas que haviam sido encomendadas por Taunay a desenhistas em arquivos nacionais e estrangeiros (BEIER, 2021). A eles se somaram, a partir de 1918, documentos da coleção Marquês de Valença, doados por Lydia de Souza Rezende (Imagem 3).

Imagem 3 - Sala A-10 consagrada à Cartografia Colonial e Documentos Antigos (1922).



Fonte: Museu Paulista-USP.

As palavras de Taunay, no artigo publicado no jornal *Correio Paulistano* em 24 de dezembro de 1917, divulgando a abertura da sala A-10 para os leitores, permitem conjecturar que essa exposição tenha sido o embrião de seu projeto decorativo para o museu:

Consagrada á história de S. Paulo, nella se acham reunidos quadros históricos, numerosos mappas dos seculos XVI, XVII e XVIII e documentos relativos ás eras coloniaes, do bandeirismo á independência, a escriptores, chronistas etc. (TAUNAY, 1917, p. 2)

Em 1922, a sala expositiva seria completada. Na parede oposta à da *Fundação de São Vicente*, foi exposto o *Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas*, de

grande formato, com 8 metros de superfície, concebido por Taunay. O mapa, representando a unidade nacional por meio da ação das bandeiras, tinha, à sua direita, a tela do bandeirante *Domingos Jorge Velho*, de Benedito Calixto, e, à sua esquerda, os retratos dos paulistas *Francisca Miquelina de Souza Queiróz* e de seu marido *Francisco Ignacio de Souza Queiróz*. Na parede contígua, próximo ao líder da bernarda, estava fixado o retrato do santista *José Bonifácio*, e, à sua frente o de *D. Pedro I*, ambos também pintados por Calixto, pertencentes à instituição desde 1902 (Imagem 4).

Imagem 4 - Sala A-10 consagrada à Cartografia Colonial e Documentos Antigos (1922).



Fonte: Museu Paulista-USP.

Por intermédio desse arranjo expositivo, o processo de independência, na cidade e na província de São Paulo, distante dos momentos conflituosos de 1822, passava a ser representado de forma harmônica, fruto do entrelaçamento de política e negócios. A proximidade entre Francisco Ignacio e José Bonifácio pode ser considerada um exemplo dos procedimentos historiográficos usados por Afonso Taunay “para compor a decoração interna do Museu Paulista, conciliando personagens e momentos irreconciliáveis da História do Brasil” (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

Se em 1917 a sala A-10 funcionou como um piloto do que seria a decoração do eixo monumental do museu, em 1922, pode-se aventar que, com a colocação do *Ensaio da carta geral das bandeiras paulistas* e os retratos dos personagens da Independência, ela teria se transformado em uma réplica miniaturizada do projeto expositivo já colocado em prática, no qual Taunay conseguiria entrelaçar a ideia de São Paulo como berço da nacionalidade, o papel dos homens de São Paulo na unificação do território brasileiro, por meio da ação dos bandeirantes, e a importância do movimento bernardista para a ocorrência da independência em solo paulista.

Ecoss da bernarda nos painéis de azulejos do Museu Republicano de Itu

Assim como empreendera esforços no Museu do Ipiranga, para compreender a História do Brasil desde São Paulo, no Museu Republicano Convenção de Itu, ao conceber a azulejaria do hall do edifício, Taunay pretendeu destacar a centralidade da cidade de Itu para a história regional e nacional, no discurso visual que se montava nas paredes da instituição. Nesse programa, a representação da bernarda de Francisco Ignacio teria os ituanos como protagonistas.

Até o início da década de 1940, o saguão do edifício tinha as paredes lisas. Foi quando Taunay decidiu revesti-las com painéis de azulejos, a fim de criar um discurso narrativo sobre a história de Itu. A azulejaria foi concebida como uma sequência de 73 imagens de momentos importantes da história de Itu, que vão desde sua fundação, em 1610, até a reunião do Partido Republicano, em 18 de abril de 1873 (SOUZA, 2003).

Os acontecimentos relacionados à Independência são assunto de um conjunto de oito painéis, quatro deles dedicados ao movimento bernardista. Segundo Jonas Soares de Souza (2003, p. 67), “no conjunto, o discurso de Taunay reiterou a sua interpretação daqueles acontecimentos como manifestação da altivez do espírito paulista e a independência das administrações locais”.

Como não havia imagens da bernarda, Taunay inventou a narrativa visual com base em documentação escrita e em trabalhos historiográficos publicados, ou seja, ele transpôs para o universo visual o que até então era acessado por meio de fontes textuais. Essa era uma prática utilizada nas encomendas feitas aos artistas contratados por ele para confecção de telas ou, no caso, do Museu Republicano, para a produção da azulejaria. Já quando dispunha de fontes iconográficas, essas eram fornecidas aos artistas para servirem de matriz das obras a serem criadas, como no caso de Hercule Florence, Miguelzinho Dutra, Jean-Baptiste Debret e outros artistas viajantes oitocentistas que embasaram muitas de suas telas expostas no Museu do Ipiranga e vários painéis azulejados no Museu Republicano de Itu.

O primeiro painel sobre a bernarda aplicado na parede do saguão recebeu o título *O Te Deum de solene adesão de Itú à causa da Independência do Brasil*. Ele retrata a missa solene em ação de graças a D. João VI e a seu filho, D. Pedro, ocorrida em 30 de junho de 1822, em Itu, numa manifestação de fidelidade à família real e de oposição ao governo provisório de São Paulo, liderado por Francisco Ignacio. Na nave da igreja, do alto do púlpito, o padre apontava para os retratos de D. João VI e do príncipe regente dispostos próximos ao altar (Imagem 5).

Imagem 5: *Te Deum de solene adesão de Itú à causa da Independência do Brasil* [194-], de Antonio Luiz Gagni.



Fonte: Museu Republicano Convenção de Itu - MP-USP.

Para construir esse painel, Taunay recorreu ao relato de um cronista anônimo, como mencionado por ele no *Guia do Museu Republicano Convenção de Itu* (TAUNAY, 1946). A busca pelo autor nos levou ao volume VII da *Revista do IHGB*, o mesmo que traz reproduzida a contenda em torno da Bernarda e publica dois artigos intitulados “Pródromos da independência na vila de Itu”. O primeiro fora escrito por Antonio de Toledo Piza, cuja autoria aparece no próprio sumário, e o segundo, de autoria anônima, atribuída a Cândido José da Motta, residente em Itu, e testemunha ocular dos fatos. Não resta dúvida de que Taunay tenha se valido do segundo artigo, pois, ao descrever o painel, recorreu à mesma estrutura textual empregada pelo cronista incógnito e colocou trechos dele copiados entre aspas.

Tal encomenda revela ainda outro *modus operandi* de Taunay: o de discutir com seus pares sobre os elementos a integrarem a composição de cenas que retratassem acontecimentos históricos. Como no relato em que se baseou para construir a imagem do *Te Deum* não havia menção aos quadros do rei e de seu filho na igreja, ele consultou o historiador Aluísio de Almeida, alcunha do cônego Luís Castanho de Almeida, de Sorocaba, sobre a plausibilidade de colocar o retrato do príncipe regente no interior do templo (TAUNAY, 1943a). Em carta-resposta, o cônego afirmou que, apesar do antigo costume de usar retratos em cerimônias fúnebres, nenhum princípio litúrgico autorizava a colocá-los num *Te Deum*. Por outro lado, comentou que o povo português, por vezes, adicionava motivos alheios às coisas estritamente litúrgicas, o que bastou para convencer Taunay a colocar em prática sua ideia.

Nas duas missivas enviadas ao cônego, evidencia-se mais uma de suas estratégias na criação de imagens para fatos históricos não registrados iconograficamente no passado: o uso de acervos do Museu Paulista para compor os cenários. Tal procedimento havia sido empregado para a confecção da tela *Frei Gaspar da Madre de Deus, seu irmão Frei Miguel e seu primo Pedro Taques*, executada por Franta Richter (TAUNAY, 1943b).

No painel de azulejos *Os chefes nacionalistas de Itú resolvem reagir contra o movimento bernardista de São Paulo*, Taunay parece ter se valido do mesmo expediente. Ao retratar a reunião dos vereadores da Câmara Municipal de Itú, partidários de José Bonifácio, repudiando o motim e prestando leal submissão às ordens do príncipe regente em 28 de maio, Gagni inseriu na cena peças semelhantes às pertencentes ao acervo do Museu Republicano de Itú, como a cadeira, o canapé e o lampião disposto sobre o aparador.

Calcado nas concepções positivistas de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, Taunay considerava a iconografia por ele criada como autêntica, tanto pela confirmação dos documentos textuais coevos aos fatos retratados como pela qualidade artística de seu executor. Ademais, eram verossímeis, ou seja, plausíveis, dadas as características próximas aos documentos de época, fossem eles textuais ou materiais (LIMA; CARVALHO, 1993). Desta forma, tanto os azulejos como a tela mencionada reforçavam, já no final da gestão de Taunay, seu projeto de construção de uma história visual de São Paulo e do Brasil.

O terceiro painel, intitulado *Itú repele o emissário dos bernardistas de São Paulo (1822)* (Imagem 6), retrata o povo ituano nas ruas, expulsando o sargento-mor Francisco de Paula Macedo, enviado pelo governo provisório bernardista, que chegara à cidade em 3 de agosto de 1922. É bem provável que a composição tenha sido inspirada nos “Pródromos da Independência da vila de Itú”, de Antonio de Toledo Piza, pois não há menção a esse fato nos “Pródromos...” do cronista anônimo, publicado no volume VII da *Revista do IHGSP*. Toledo Piza relatou que o emissário bernardista havia se hospedado num sobrado grande na rua da Palmas, dele foi expulso pela população e, ao tentar retornar na surdina, foi descoberto. Trazido

pela vila bem escoltado, teve de atravessá-la toda subindo pela Rua Direita, que é uma das mais centrais, debaixo de tremenda vaia e grossa assuada, chegando algumas senhoras, aliás das melhores famílias do lugar, a jogar-lhe pedras que felizmente não o ofenderam muito (PIZA, 1902, p. 162).

Imagem 6 - Itú repele o emissário dos bernardistas de São Paulo (1822) [1940-1950], de Antonio Luiz Gagni.



Fonte: Museu Republicano Convenção de Itú - MP-USP.

Por fim, o último painel, intitulado *Dom Pedro I outorga a Itú o título de Fidelíssima – 17 de março de 1823*, retrata o reconhecimento do imperador às demonstrações de fidelidade do povo ituano a ele e à monarquia. Na cena, o imperador é representado no momento da assinatura da condecoração, ladeado por D. Leopoldina e José Bonifácio, tendo ao redor da mesa, como testemunhas, homens e mulheres pertencentes aos grupos privilegiados da sociedade.

Considerações finais

Embora a bernarda de Francisco Ignacio tenha sido interpretada por andradistas e antiandradistas ao longo de todo o Oitocentos, foi na passagem para o século XX que os ânimos historiográficos se exacerbaram em torno do episódio. O estopim foi a publicação, por um órgão oficial do governo paulista, de uma narrativa coeva ao movimento, enaltecendo os feitos de José Bonifácio de Andrada e Silva em detrimento da atuação de Francisco Ignacio de Souza Queiróz.

Tanto a motivação de Antonio de Toledo Piza para publicar o documento e seu alinhamento à causa andradista, como a reação virulenta de Estevão Ribeiro de Souza Rezende a eles, em favor do líder bernardista, podem ser apreendidos no âmbito das disputas historiográficas em torno dos atores sociais que lideraram o processo de Independência e o Império do Brasil, bem como das discussões travadas naquele contexto sobre o lugar de São Paulo na construção da nacionalidade brasileira. Os debates desencadeados pelos homens de letras sobre tais questões não só ganharam espaços nos jornais e nos institutos históricos e geográficos regionais como foram apropriados pelos espaços museais.

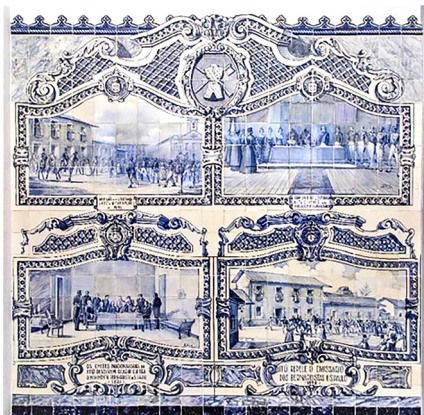
A representação da bernarda de Francisco Ignacio no Museu do Ipiranga e no Museu Republicano de Itu evidencia o esforço de Afonso Taunay para impor o protagonismo de São Paulo e dos paulistas no nascimento do Brasil e na sua independência. Se no Museu do Ipiranga a montagem da exposição na sala A-10, dedicada à Cartografia Colonial e Documentos Antigos, contemporizou as animosidades entre José Bonifácio e Francisco Ignacio – exibindo lado a lado os retratos dos atores das facções opostas do movimento bernardista –, no Museu Republicano de Itu, a efígie de Francisco Ignacio esteve ausente nos painéis de azulejos da instituição.

O episódio foi lembrado por meio da atuação de ituanos em apoio ao príncipe regente nos meses anteriores ao grito. Os feitos desses paulistas, segundo o historiador, estariam lastreados na trajetória sertanista de Itu e da capitania de São Paulo e, portanto, nas ações promovidas pelos bandeirantes, seus antepassados, responsáveis pelo alargamento dos limites da capitania de São Vicente e de São Paulo, assim como pela conformação do que era o território nacional em 1822.

A comprovar tal interpretação, basta dizer que três painéis relacionados à bernarda foram colocados unidos sob égide da panóplia bandeirante, constituída por um gibão de armas sobreposto a uma escopeta e a um machado,

peça da indumentária sertanista forjada por Afonso Taunay, elemento metonímico do personagem (MARINS, 2020) e metafórico do passado paulista (Imagem 7).

Imagem 7- Painéis relativos à bernarda encimados pela panóplia bandeirante [1940-1950], de Antonio Luiz Gagni.



Fonte: Museu Republicano Convenção de Itu - MP-USP.

Referências

ABRÊU, Eide. Os encantos do arquivo e os trabalhos do historiador: reflexões a partir da Coleção Marquês de Valença. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 247-275, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5548/7078>. Acesso em: 19 out. 2022.

ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante*. 1986. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ALMEIDA, Antônio da Rocha. Marechal-de-campo João Carlos d'Oeynhausien e Gravenburg. Marquês de Aracati. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 77, n. 3, p. 358-360, fev. 1968. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org>.

br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1963/1963-MarechaldeCampoJoaocarlosDoeynhauseneGravenburgMarquesdeAracati.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. A “bernarda” de Francisco Ignacio em São Paulo em 23 de maio de 1822. v. I. 3. ed., São Paulo: Cardozo Filho & Comp., 1913 [1894].

BEIER, José Rogério. Sobre mapas e História: Affonso Taunay e a formação de uma coleção cartográfica para o Museu Paulista (1917-1922). In: CINTRA, Jorge Pimentel; SCHNEIDER, Alberto Luiz; BEIER, José Rogério (org.). *Affonso Taunay e o Museu Paulista: um projeto de memória (1917-1945)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021. p. 195-220.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. Decreto de 24 de abril de 1822. *Collecção das Leis do Brazil de 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BREFFÉ, Ana Cláudia. *Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed., São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

D’OLIVEIRA, José Joaquim Machado. *Quadro histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

DELATORRE, Aparecida Vanessa. *São Paulo à época da independência: contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista” 1821/1823*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

FERRETTI, Danilo José Zioni; CAPELATO, Maria Helena Rolim. João Ramalho e as origens da Nação: os paulistas na comemoração da descoberta do Brasil. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 67-87, dez. 1999. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-4.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org.). *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008. p. 17-40.

LEME, Marisa Saenz. A construção do poder de governo na província de São Paulo e o Estado em formação no Brasil independente: entre a Revolução do Porto e a outorga constitucional. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora da Unesp; Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2010. p. 373-406.

LIMA, Solange; CARVALHO, Vânia. São Paulo antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 147-178, jan. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5280/6810>. Acesso em: 19 out. 2022.

MARINS, Paulo César Garcez. Aproximações sobre uma versão visual da história do Brasil. In: MARINS, Paulo César Garcez (org.). *Uma história do Brasil*. Coleção Museu do Ipiranga 2022. 4 v. São Paulo: Edusp – Museu Paulista da USP, 2022. p. 1-6.

MARINS, Paulo César Garcez. Uma personagem por sua roupa: o gibão como representação do bandeirante paulista. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 404-429, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/P9xLwtgvfcr3V9bZcJsBsmd/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2022.

MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 v. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

MATTOS, Renato de. *Política e Negócios em São Paulo: da abertura dos portos à independência (1808-1822)*. São Paulo: FAPESP; Intermeios, 2019.

MENDES, André Oliva Teixeira. *São Paulo e seus documentos interessantes: representações e patrimonialização da história paulista*. Curitiba: Prismas, 2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5289>. Acesso em: 19 out. 2022.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 19 out. 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. A província de São Paulo à época da Independência. In: ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.). *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista: colônia e império*. v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Editora da Unesp, 2010. p. 333-350.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. *Ideias em confronto: embates pelo poder na Independência do Brasil (1808-1825)*. São Paulo: Todavia, 2022.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Vidas em paralelo: o Museu Paulista e a construção da memória dos fundadores do Império. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA-UNICAMP, 9., 2019, Campinas. *Atas [...]* Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 2019. p. 1-18.

OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio no Rio de Janeiro, em 1821. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini de Salles (Org.). *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Editora da USP, 2013. p. 69-105.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canvieira em São Paulo: expansão e declínio, 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968.

PIZA, Antonio Toledo. Pródromos da Independência na Villa de Ytú. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. VII, p. 149-167, 1903 [1902].

POLIDORI, Eduardo. Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto: da encomenda à exibição no Museu Paulista (1898-1939). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 27, p. 1-32, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/149934/157377>. Acesso em: 19 out. 2022.

PRÓDROMOS da Independência na Villa de Ytú. *Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. VII, p. 193-212, 1903 [1902].

REZENDE, Estevão Ribeiro de Souza. *Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo*, São Paulo, v. VII, p. 1-20, 1902.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da et al. *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

SILVA, Wlamir José. Autonomismo, contratualismo e projeto pedrino: Minas Gerais na Independência. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 1, n. 10, p. 53-94, 2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2210>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOUSA, Alberto. *Os Andradas*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1922.

SOUZA, Jonas Soares de. *Painéis de azulejos do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Editora da USP; Museu Paulista, 2003.

TAUNAY, Affonso d' Escragnolle. [Correspondência]. Destinatário: Luis Castanho de Almeida. São Paulo, 12 jun. 1943. Pasta 189. *Museu Paulista*. São Paulo: Fundo Museu Paulista, 1943a.

TAUNAY, Affonso d' Escragnolle. [Correspondência]. Destinatário: Luis Castanho de Almeida. São Paulo, 17 jun. 1943. Pasta 189. *Museu Paulista*. São Paulo: Fundo Museu Paulista, 1943b.

TAUNAY, Affonso d' Escragnolle. *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu"*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

TAUNAY, Affonso d' Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2004.

TAUNAY, Affonso d' Escragnolle. Museu Paulista. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 19.564, p. 2, 24 dez. 1917.

Recebido em: 31 de março de 2022
Aprovado em: 16 de outubro de 2022